

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CAOBM -2022/2023

CAP BM MAT. 81143100 LUÍS PEDRO DOS REIS MACIEL

**UM ESTUDO SOBRE OS MÉTODOS DE INCENTIVO EDUCACIONAL DOS
ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR E SEUS REFLEXOS NOS ÍNDICES
ESCOLARES**

São Luís - MA
2023

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CAOBM -2022/2023

CAP BM MAT. 81143100 LUÍS PEDRO DOS REIS MACIEL

**UM ESTUDO SOBRE OS MÉTODOS DE INCENTIVO EDUCACIONAL DOS
ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR E SEUS REFLEXOS NOS ÍNDICES
ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade artigo científico, apresentado junto ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO 2022/2023, do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho

Linha de pesquisa: Métodos de ensino na escola pública militarizada

Orientador: MAJ QOCBM Francisco Gleydson Brito

São Luís MA
2023

UM ESTUDO SOBRE OS MÉTODOS DE INCENTIVO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR E SEUS REFLEXOS NOS ÍNDICES ESCOLARES

Luís Pedro dos Reis Maciel¹

RESUMO

Este trabalho versa sobre os métodos de incentivo à educação nas escolas militarizadas e seus reflexos nos índices escolares que resultam de exames realizados pelo SAEB, IDEB e ENEM. Para o entendimento do tema, buscou-se primeiro conhecer a origem da modalidade de gestão militar da escola pública nos âmbitos estadual e municipal, a diferença entre escolas militares e escolas militarizadas, as divergências em torno do tema, a adesão do Maranhão à substituição da gestão civil pela militar e por fim destacou-se os reflexos do método disciplinar sobre o comportamento dos alunos e nos índices escolares. O trabalho teve como objetivo conhecer a escola militarizada, os métodos de incentivo ao aluno e seus reflexos positivos. Foi um trabalho qualitativo, com pesquisa bibliográfica em distintas publicações como monografias, artigos, dissertações e matérias jornalísticas, todas disponíveis na internet

Palavras-chave: Escola Militarizada. Métodos de incentivo. Índices escolares

ABSTRACT

This work deals with the methods of encouraging education in militarized schools and their impact on school indexes resulting from exams carried out by SAEB, IDEB and ENEM. In order to understand the theme, we first sought to know the origin of the military management modality of the public school at the state and municipal levels, the difference between military schools and militarized schools, the divergences around the theme, Maranhão's adherence to the replacement of civil management by the military one and, finally, the reflections of the disciplinary method on the behavior of students and on school indexes were highlighted. The objective of this work was to know the methods of encouraging students and their positive effects. It was a qualitative work, with bibliographical research in different publications such as monographs, articles, dissertations and journalistic articles, all available on the internet.

Keywords: Militarized School. Incentive methods. School indexes

¹ Capitão Maciel: aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Secretaria de Segurança e Defesa Social Corpo de Bombeiro Militar da Paraíba. Graduado em Segurança Pública do Trabalho, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

INTRODUÇÃO

É cediço que a educação é essencial para que o indivíduo se torne um cidadão de direitos, para que tenha uma vida digna e participante dentro do contexto social e mais restritamente em sua comunidade. No entanto, esse direito foi negado por séculos a certos segmentos da população como negros e pobres. Em uma sociedade democrática, a função social da escola é diminuir ao máximo as diferenças de origem e proporcionar igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), a educação é um direito (fundamental) de todos, que deve ser aplicado pela instituição escolar, assim como um dos pilares que propiciam o desenvolvimento do indivíduo nos aspectos social, político, cultural e econômico

A questão da educação escolar sempre gerou polêmicas desde o Brasil Império, quando somente era permitida para brancos e nobres, algum negro que aprendia a ler tinha que manter essa aprendizagem em segredo sob o risco de ser castigado, com os movimentos abolicionistas, essa proibição foi sendo flexibilizada.

A educação começou com os jesuítas, marcando uma relação entre religião e letramento, mas os padres, em 1759, foram expulsos do país, quando foi instituído o ensino laico e público, no entanto somente em 1772 foi implantado oficialmente o ensino público no Brasil, sem, no entanto, extinguir o ensino religioso.

Apesar da instituição do ensino público, os pais não se interessavam muito em matricular os filhos aos cinco anos, como era recomendado à época, ou então quando alfabetizados logo eram retirados da escola, havia uma falta de reconhecimento da importância da educação pela grande maioria da população. A reforma de Benjamin Constant trouxe a divisão por séries e de acordo com a idade e instituiu a figura do diretor, cargo ocupado por homens. Em 1971, a divisão do ensino passou a ser primário, ginásio e colegial, obrigatório até os 14 anos (BEZERRA, 2018).

Decorrido um tempo com aplicação de diferentes reformas educacionais e diversos planos, os problemas na educação brasileira continuam na atualidade, com referência ao acesso à escola, falta de investimento adequado, desvio de verbas, escolas com instalações precárias e mais ainda na questão da formação dos docentes, que nem sempre a recebem e também com professores lecionando disciplinas para as quais não receberam formação, além da baixa remuneração (BEZERRA, 2018).

Hoje, uma nova divisão do ensino foi instituída com dois níveis, educação básica e superior, ambas com várias modalidades. A educação básica é dever do Estado ofertar e obrigação dos pais ou responsáveis possibilitar que crianças e adolescentes a concluam. Possui as seguintes modalidades: educação infantil, de zero a 3 anos; pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos; ensino fundamental, com duração de 9 anos, para alunos de 6 a 14 anos; ensino médio, em um período de três anos, para jovens de 15 a 17 anos. Há ainda o ensino médio técnico, com cursos que duram de 1 a 3 anos (BRASIL, 1996; FOGAÇA, 2022).

A educação no Brasil também se aplica por outro viés, o tradicional ensino militar sob a responsabilidade do Exército, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, e mais recentemente a educação militarizada, na qual escolas públicas vêm sendo dirigidas por militares. Essa modalidade de gestão gerou discussões entre pedagogos e outros profissionais do campo social. De um lado, alguns teóricos consideram um ensino arbitrário, repressor, que muitas vezes leva o aluno a não se desenvolver; de outro, estudiosos apontam a falência do ensino público, situação que aqueles que combatem a gestão militar alegam que os investimentos por aluno nas escolas públicas militares são muito superiores ao da escola pública convencional.

As escolas militares das três corporações existiam quase sem ninguém delas saberem, mas foi em 2019 que viraram objeto de debate, quando foi anunciado pelo governo federal um plano para que as escolas públicas passassem da gestão civil para a militar, houve protestos, mas muitas instituições de ensino concordaram com a nova modalidade, principalmente no estado de Goiás.

São poucos os estudos sobre esse tema, daí a necessidade de que se ampliem as pesquisas. Assim, com um bom acervo de publicações haverá um reconhecimento de pedagogos, outros estudiosos e da população em geral de que a parceria com militares não ameaça a qualidade do ensino.

O presente trabalho teve como objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre as escolas públicas militarizadas no Brasil. Como objetivos específicos: conhecer a gestão dessas escolas pelos militares; saber sobre sua aceitação nas comunidades; levantar dados sobre essas escolas no Maranhão; identificar desempenho de alunos nos exames de proficiência aplicados no Brasil, focando nos métodos de incentivo educacional e seus reflexos nos índices de aprovação, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Avaliação do Ensino_Básico (SAEB), e do

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); e mostrar que essas escolas ofertam um ensino de qualidade.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e utilizando dados quantitativos já publicados em outros trabalhos. Quanto ao objetivo geral, foi exploratório, pois visou buscar mais conhecimento do fenômeno, para melhor compreendê-lo (LAKATOS; MARCONI, 2010).

O tema em tela gerou debates a partir do ano de 1990, quando as escolas desse formato começaram a se expandir, dessa forma, a literatura sobre ele ainda é muito restrita. As fontes para obtenção dos dados foram dissertações, monografias, artigos científicos e publicações de periódicos (jornais), disponibilizados na internet, na base Scielo e em repositórios de trabalhos científicos, alguns das próprias universidades.

Considera-se um trabalho de significativa relevância, pois pesquisa um tema atualmente em questão, com debates controversos, e que ao final trouxe considerações sobre os posicionamentos de diferentes correntes de pensamento e sobre a efetividade dos métodos de ensino aplicados. Acredita-se que contribuiu para todos, tanto os que defendem essa gestão com seus métodos e para aqueles que a ela se contrapõem.

1 A ORIGEM DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

As escolas-cívicos militares surgiram por reivindicações de uma parcela da população brasileira, sob a justificativa de que valores como disciplina e respeito foram esquecidos. Conforme alegam seus defensores, esses valores são fundamentais para a formação educacional e cidadã dos jovens. Foi nesse contexto que em setembro de 2019 foi lançado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), executado em uma parceria do Ministério da Educação e Ministério da Defesa, com o objetivo de transferir aspectos da gestão escolar dos colégios militares, para aplicação em escolas públicas do país (CURVELO, 2022).

Por outra ótica, as escolas cívicos-militares foram inspiradas nos tradicionais colégios, que já existem no Brasil há século. A maioria da população entende como colégio militar as escolas cívico-militares do PECIN. No entanto, Ferreira (2018) leciona que os Colégios Militares existentes no Estados brasileiros são ligados e dirigidos pelas Forças Armadas, enquanto os cívicos-militares funcionam sob a gestão

das Polícias Militares dos Estados e do Corpo de Bombeiros. Os colégios militares têm total autonomia, até mesmo para formação dos currículos, já os cívicos-militares apenas a gestão está sob responsabilidade das PMs e dos CBMs, quanto aos demais aspectos obedecem aos parâmetros do Ministério da Educação (MEC) (FERREIRA, 2018).

Atualmente, os CM são conhecidos pela população por sua estrutura física superior à das escolas regulares, por seus resultados positivos nas avaliações externas e pelo número de alunos que conseguem ingressar em universidades [...]. Por isso, quando se fala em escolas militares no Brasil, muitos pensam nas escolas militares federais e confundem as escolas militares estaduais (criadas no seio de PM ou CBM) ou as estaduais públicas militarizadas (escolas cujas gestões estão sob algum tipo de tutela de corporações de PM ou CBM) com as reconhecidas escolas militares federais (SANTOS; 2020, p. 90).

A presença de agentes militares, conforme Santos e Alves (2022), principalmente da Polícia Militar (PM) nas escolas públicas divide opiniões, mas vem ganhando a adesão de parte da população brasileira desde o ano de 2012. Pode ser entendido como um processo de militarização das escolas públicas, em que se transfere a gestão da escola civil de educação básica para as corporações das PMs estaduais, ou seja:

Em linhas gerais, partindo-se de um olhar nacional e sem se enveredar nas inúmeras configurações regionais específicas, trata-se da transferência da tutela da administração político-pedagógica de escolas públicas em pleno funcionamento, inseridas no organograma das secretarias de educação, financiadas e constituídas por meio de verbas públicas destinadas à educação, para a alçada política-burocrática das corporações do corpo de bombeiros militares e, sobretudo, para a polícia militar (SANTOS; ALVES, 2022, p.1).

Santos e Alves (2022), em seus estudos, constataram que até 2018, essa política de transferência de gestão escolar civil para a militar era uma ação apenas de governos estaduais e administração municipal, que a aplicavam inspirados em outras escolas que já exerciam esse processo.

Como já mencionado, a criação de escolas militares não ficou restrita ao Exército, pois há registro em publicações acadêmicas que em 1949 foi criado, em Belo Horizonte, o primeiro Colégio Militar Estadual, subordinado ao comando da Polícia Militar, com a oferta de educação básica aos filhos e dependentes de policiais militares. Vendo a expansão e consolidação dos colégios militares do Exército, entre

1940 e 1950, algumas corporações estaduais iniciaram movimento de reivindicação para construção de escolas públicas militares, nos moldes das já existentes no Exército (SANTOS; ALVES, 2022).

Foto 1:Primeiro colégio militar no organograma da PM, em Belo Horizonte



Fonte: Disponível em:<

https://www.google.com/search?q=fachada+do+col%C3%A9gio+militar+tiradentes+em+bh&oq=fachada+do+col%C3%A9gio+militar+tiradentes+em+bh&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigATIKCAMQIRgWGB

Conforme o supradito autor, os anseios e motivações políticas das polícias militares foram incorporados pelas corporações de bombeiros militares, que inseriram em seu quadro as escolas de educação básica a partir de 1999.

De acordo com o relato de Santos e Alves (2022), percebe-se que Colégio Militar Brasileiro, Colégios da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (CBMs) e Escolas Militarizadas ou mais recentemente Cívicos-Militares são modalidades diferentes. As primeiras obedecem ao regime do Exército, as segundas são formadas no corpo das PMs e dos CBMs e as terceiras são escolas públicas sob gestão militar, que começaram a se expandir em 2019, com o PECIM.

2 AS DIVERGÊNCIAS SOBRE A MODALIDADE

Defendida por uma parte da sociedade brasileira, a implantação da escola cívico-militar encontra resistência e gera controvérsias, no entanto, no Ministério da Educação existem seguidores dessa política de transferência da gestão civil para a militar.

Em defesa dessa modalidade, Brito (2016) ressalta que a disciplina é essencial para formar o cidadão para vida social, política e cultural. Dessa forma, as escolas militarizadas têm seu diferencial que é aplicar um plano educacional em que alunos obedeçam a uma hierarquia e tenham disciplina, pilares das organizações militares, a primeira como meio e a segunda como fim.

Sobre esses dois conceitos:

A hierarquia e disciplina militares são princípios constitucionais que constituem a base das organizações militares, condensando valores como o respeito à dignidade da pessoa humana, o patriotismo, o civismo, o profissionalismo, a lealdade, a constância, a verdade, a honra, a honestidade e a coragem. Tais princípios pretendem dar máxima eficácia às instituições militares, conferindo-lhes poder e controle sobre seus integrantes. (THOMAZI, 2008 p. 128/129 apud BRITO, 2016).

Para Brito (2016), esse modelo de escola proporciona aos alunos melhor desempenho tanto na aprendizagem quanto em sua vida social e familiar.

Sobre o tema, Basílio et al (2014) afirmam que o fenômeno da militarização encontrou nas escolas oportunidade para se manifestar como também de gerar novos reprodutores dessa lógica. O autor ouviu a professora da Universidade de São Paulo (USP), Vera Telles, do departamento de Sociologia, que chamou essas unidades de “escolas fortalezas”, que propagam uma ideia de defender crianças de inimigos exteriores, o que, para ela, ao invés de formar cidadãos, prepara os alunos para enfrentar uma guerra.

Basílio et al (2014) questionaram sobre o assunto outro professor da USP, o professor de Ética e Filosofia da Política, Renato Janine Ribeiro. Este considera que a militarização das escolas reflete a falência do ensino brasileiro. E completa: “Em um período fundamental de formação, ao invés de educar, você adentra e disciplina [...]”. Citando Goiás como exemplo, o filósofo vê o fenômeno como uma renúncia à formação dos sujeitos.

Fundamentados nos índices de aprovação de testes de proficiência como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Bonfim et al (2017) destacam as escolas públicas sob a gestão militar em todas as regiões do Brasil, e ressaltam em particular o Colégio da Polícia Militar de Petrolina (PE), que obteve índices satisfatórios de aprovação e bons resultados no ENEM, quando comparados esses resultados com os de outras escolas pública da cidade e do estado.

No Brasil, são poucos os estudos que revelam o bom desempenho e resultados satisfatórios das escolas militares. Pedagogos e gestores questionam o crescimento do número de escolas militares no Brasil, ao que Benevides e Soares (2015) identificam que esse fenômeno se deve ao bom nível de desempenho dos alunos dessas instituições e com a metodologia adotada (BONFIM et al, 2017).

Contraopondo-se à fala dos autores supracitados, Cunha (2017) explica o bom desempenho em programas que medem a proficiência pela forma como os Colégios da Polícia Militar selecionam seus alunos desde a matrícula, ao comportamento e a inteligência dos candidatos, uma espécie de crivo fino pelo qual somente os melhores permanecem. A rígida disciplina se faz necessária para que os jovens abracem os valores dominantes e acreditem que a educação de qualidade depende da obediência à hierarquia e às normas instituídas (CUNHA, 2017).

Outro problema que traz a transição da escola pública para gestão militar diz respeito ao fato dos alunos dessas escolas não se encaixarem nos perfis militares, pois esses alunos não possuem condição social e econômica que se adequem às exigências das PMs. Nessas corporações, os pais pagam taxa estipulada pelo Colégio, a título de contribuição que a grande maioria não pode pagar (CUNHA, 2017).

Santos et al (2019 apud NEVES; ARAÚJO; ROCHA, 2022) ressaltam o papel de cada profissional dentro da sociedade, corpo no qual a violência está presente e, na escola, essa violência representa o reflexo do que ocorre fora dela. Para os autores, que falam de um colégio no Piauí, cabe à corporação do Estado definir uma atuação para a defesa das instituições, dos professores e dos cidadãos, enquanto professores devem atuar somente no campo administrativo, financeiro e pedagógico.

Os argumentos que justificam a militarização das escolas públicas são consensuais, praticamente os mesmos como citam Gonçalves e Baladeli (2018). Estes estudiosos afirmam que a hierarquia, a disciplina e a rotina militar nas escolas levam a um padrão de procedimentos metodológicos que prioriza o respeito e o

cumprimento das normas de conduta. O sistema disciplinar prevê punição para os alunos que não respeitam as normas e agracia com condecorações àqueles que as obedecem (GONÇALVES; BALADELI, 2018).

As escolas militarizadas ou de gestão compartilhada tiveram um impulso depois do incentivo dado pelo governo federal com o lançamento do PECIM em 2019. Diversos estados aderiram ao modelo e até o Distrito Federal, que após um ano de implantação do projeto em 12 escolas, por meio da Secretaria de Educação, fez uma avaliação dos resultados (QUAL, 2020).

Para o secretário de educação do Distrito Federal, João Pedro Ferraz, a implantação do formato ocorreu devagar em cada unidade, em decorrência das adequações a serem feitas, que são a escolha dos policiais e bombeiros, a preparação destes e a preparação da própria escola (QUAL, 2020).

A Secretaria de Educação fez a avaliação sem conhecer os índices de evasão nem o desempenho dos alunos em exames de proficiência, visto que as escolas ainda coletavam os dados de 2019, no entanto o secretário de educação tomou por base o apoio recebido da população. De acordo com João Pedro Ferraz, o formato “tem sido um sucesso” a partir das respostas de professores, pais e alunos. Em todas as escolas a comunidade expressou apoio ao programa e ainda conforme o secretário, em nenhuma das unidades foi registrado algum problema que o levasse a repensar o projeto (QUAL, 2020).

Um dos gestores de uma unidade no Distrito Federal, Márcio Faria, relatou que o obstáculo que enfrentou no primeiro semestre de funcionamento da gestão, foi a resistência de professores e a falta do regimento e de manuais. Ainda assim concorda com essa forma de gestão e acredita que agora, com o programa melhor estruturado, a expectativa é de que obtenha mais resultados positivos (QUAL, 2020).

2.1 A FALA DE EX-ALUNOS

Em trabalho de observação do ritual de entrada de novos alunos e da condecoração daqueles que se destacam, Ruschel (2019) reconhece que existe diferença em relação aos colégios públicos administrados por civis. Ouviu uma ex-aluna do Colégio Tiradentes, (A. H.) de 22 anos. A jovem relatou que foi um período “positivo” para ela, que identificou como principais marcas do colégio o tratamento

igualitário e a disciplina. Afirmou que aprendeu a se organizar, estabelecer prioridades e se tornou mais responsável

O modelo é benéfico, mas deve ser opcional. Existem perfis de pessoas. Às vezes, a potencialidade de cada um não é explorada em um método como esse. Entendíamos que era uma questão de contexto, estávamos ali porque queríamos, defende a ex-aluna (apud RUSCHEL, 2019).

Outra ex-aluna, S. F., 20 anos, que cursou jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contrariou a vontade da mãe e aos 14 anos ingressou no colégio da Brigada Militar (BM), inaugurado em sua cidade no interior do Estado. De acordo com a jovem, procurava um ensino de qualidade, com disciplina. “Depois que tu ‘pega’ o jeito, fica bem divertido”, comentou S. F., que acrescenta: “Muita gente desiste nos primeiros meses por entender que não é aquilo que quer” (RUSCHEL, 2019).

3 A GESTÃO MILITARIZADA DO COLÉGIO PÚBLICO

Um dos maiores problemas registrados nas escolas públicas brasileiras, conforme Cabral (2017), é a indisciplina dos alunos com relação aos professores, colegas e demais integrantes, fato que desencadeia outros problemas como a violência, baixos índices de rendimento na aprendizagem, aumento da repetência e evasão escolar. Esse quadro, para os estudiosos do contexto escolar é o argumento apresentado para a transferência da gestão civil para a militar dessas escolas.

O Brasil chegou ao ano de 2023 com 202 escolas na modalidade do PECIM, com unidades estaduais e municipais, sob uma gestão compartilhada entre civis e militares, diferentes dos colégios militares sob comando do Exército, mantidos com recursos do Ministério da Defesa, e dos Colégios das Polícias Militares (ESCOLAS, 2016; SENA; KLAUS, 2023; GONTIJO, 2023).

Tendo como base Goiás, estado que mais implantou a modalidade de colégios militarizados ou cívico-militar, estas unidades se destacam de início pela estrutura dos prédios, seguem as diretrizes das Polícias Militares Estaduais ou das Forças Armadas, mas obedecem aos planos curriculares das Secretarias de Educação, são dirigidos por um oficial tenente Coronel ou Major. Com ensino superior e com cursos de especialização na área de ensino, esses comandantes-diretores são designados

pelo comandante geral da corporação, policiais militares ou oficiais subalternos ocupam as secções setoriais (CABRAL, 2017).

O ambiente das escolas administradas por militares é descrito por Gontijo (2023), com prédios bem cuidados e conservados, muito limpos, com a presença permanente de militares, o que revela a preocupação com todos, as salas de aulas são climatizadas, com bibliotecas amplas e equipadas com computadores. A estrutura inclui ainda quadra de esporte, teatros, piscinas semiolímpicas, sala de dojô, estúdios de música e de danças. São disponibilizados micro-ondas para os estudantes prepararem o lanche e notebook para que os professores planejem e deem as aulas (GONTIJO, 2023).

Vários estados brasileiros vêm colocando a Polícia Militar para administrar as escolas públicas estaduais, modalidade que assume formas diferentes de acordo com cada estado da federação, com a polícia assumindo importantes papéis dentro das escolas públicas. Goiás foi precursor e tem o maior número de escolas cívico-militares. O critério de seleção das escolas a serem militarizadas é o aumento da criminalidade e da violência, ficam no entorno de Brasília e são áreas sem assistência do poder público, que não oferece os serviços básicos de saneamento, saúde, transporte e asfaltamento das ruas (GUIMARÃES, 2017).

Nesse contexto, o novo modelo de gestão escolar militarizada é apresentado como a solução para combater a violência escolar, argumento que atrai a população civil, que também se encanta com as propostas de melhorar a aprendizagem dos alunos, por meio da queda do número de reprovações. A implantação da disciplina militar também seduz parte da população, que busca um ensino de qualidade para os filhos, assim como um ambiente seguro (GUIMARÃES, 2017).

O modelo existe desde o Brasil Império, no século 19, voltou a ser incentivado desde 2018, como política do governo que então assumia a administração federal.

Guimarães (2017) destaca que o novo modelo de gestão militarizada das escolas públicas, apesar de reduzir a taxa de evasão escolar, não foi criado para ser universalizado, mas se instalou dentro de uma rede mais ampla, com uma gestão diferenciada que não atingiu todas as escolas brasileiras.

3.1 ADESÃO DA MODALIDADE NO MARANHÃO

Assim como outros estados, o Maranhão também aderiu à militarização de escolas públicas e possui escolas administradas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar, são os chamados Colégios Militares Tiradentes e os Colégios Militares do Corpo de Bombeiros. No Maranhão existem 44 escolas militarizadas, 9 subordinadas ao governo estadual e 34 sob dependência municipal, sendo que 16 delas são dirigidas pela PM, denominadas de Colégio Militar Tiradentes e 27 sob a gestão do CBMMA, com o nome de Colégio Militar do Corpo de Bombeiros ou Colégio Militar 2 de Julho, em homenagem ao dia do bombeiro. Uma escola militarizada funciona sob a gestão da Aeronáutica (SENA; KLAUS, 2023).

Os recursos aplicados nas escolas públicas estaduais que são militarizadas são oriundos da Secretaria de Educação (SEDUC) e da Secretaria de Segurança Pública (SSP). As corporações ocupam toda a estrutura da antiga escola com outra razão social. Esse processo também se dá em relação às escolas absorvidas pela PM. Com as escolas públicas regulares municipais o nome colégio militar fica apenas como fantasia, em virtude de ser somente uma parceria para cooperação, com prazo determinado, podendo ser prorrogado. No caso das escolas municipais, os recursos são da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da SSP, por meio do CBMMA ou da PM (SENA, 2021).

[...], as unidades escolares oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio (de caráter exclusivamente propedêutico). Pautam seu ensino em valores como “honra” e “disciplina”, realizam rituais militares como hasteamento de bandeira, cântico de hinos, formação unida, recepção do professor em formação militar, construção de murais para comemorar datas importantes para os militares etc. [...], o que aproxima a escola do ethos militar (SANTOS, 2020 p. 136-137).

A direção das escolas militarizadas fica a cargo dos militares, cabendo às secretarias de educação a responsabilidade para manutenção da estrutura do prédio das escolas, pela coordenação pedagógica e pelos professores. As instituições militarizadas de caráter municipal oferecem, em sua maioria, os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Algumas, em menor número oferecem a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Quanto às escolas da rede estadual funcionam com os anos finais do ensino fundamental e ensino médio (SENA, 2021).

A organização e funcionamento dos colégios para adequarem-se à legislação pertinente é de responsabilidade dos CBMMA e da PMMA. No entanto, tanto nas leis de criação quanto como nos termos de cooperação, as parcerias distribuem

responsabilidade entre os entes envolvidos, isto é, os militares assumem a direção geral das escolas regulares, e a gestão anterior, a civil, passa a atuar somente com a área pedagógica (SENA, 2021).

Foto 2: Solenidade no Colégio Militar do CBMMA, de Paço do Lumiar -MA



Fonte: De própria autoria

A primeira escola a ser militarizada no Maranhão, da rede pública regular estadual, foi o Colégio Militar 2 de Julho Unidade I, com gestão do CBMMA, na cidade de São Luís, em 26 de dezembro de 2005, que ocupou a estrutura da Unidade Integrada Polivalente Modelo de São Luís (SENA, 2021).

O processo de militarização prossegue com a inauguração do Colégio Militar Tiradentes, da PMMA, em 28 de novembro de 2006, também em São Luís, em convênio com a SEDUC, onde são ministradas aulas para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e para estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio, níveis qualificados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), como educação básica (ESCOLAS, 2016).

4 MÉTODOS E REFLEXOS EM ÍNDICES ESCOLARES

Os métodos utilizados para incentivo em aprendizagem com os alunos das escolas militares e militarizadas são muito contestados, todavia são crescentes os resultados positivos em exames de avaliação da aprendizagem e para admissão em outros níveis, em testes do IDEB e do ENEM, conforme mostra literatura em que se fundamentou, este trabalho.

Para entender o funcionamento e o cotidiano de uma escola militar ou cívico-militar, recorre-se a uma descrição da cerimônia de recepção de novos alunos, feita por Ruschel (2019):

O relógio marca 9h20min de uma manhã em Porto Alegre. O corpo de alunos dos segundos e terceiros anos entra no estádio ao som da banda do colégio. Todos enfileirados, marchando, erguendo os braços até a altura do peito; pernas acompanhando o ritmo de parábola. Uniformes brancos, calças ou saias azuis (RUSCHEL, 2019, p.1).

Entende-se, pela fala do autor ao citar a hora olhando o relógio que o colégio é rígido com horário, a posição de enfileirados, movimentos que fazem ao marchar e os uniformes evidenciam um ritual bem organizado. E mais:

Postados. Tudo pronto para a entrada dos novos alunos. Eles entram. Cerca de 90 jovens, meninos com a cabeça raspada, meninas com cabelos amarrados, ao som de cânticos que não são compreensíveis para quem está na arquibancada. Eles param. Estão postados ao centro do estádio. De um lado, a bandeira do Rio Grande do Sul sobre uma goleira. Do outro, a do Brasil, em frente a uma torre de treinamentos com as palavras “garra, fibra e determinação (RUSCHEL, 2019, p.1).

Nessa fala, percebe-se a importância na preparação para receber os novos alunos, o cuidado com a aparência e a entoação dos hinos militares. Tudo isso revela a disciplina que marca o funcionamento desses colégios, com um sistema que premia aqueles que obedecem às regras, que não se restringem somente às acima relatadas e que pune os alunos que não se adequam à disciplina implantada nas escolas cívico-militares.

E argumentando que essa disciplina e organização reduz os índices de violência na escola pública militarizada, ao mesmo tempo em que desperta nos alunos o interesse pelo ensino e aprendizagem, é que uma parcela da população brasileira defende a ampliação dessa modalidade de gestão escolar. Cabral (2017) afirma que

apesar dos colégios militarizadas possuírem como principal objetivo a educação de qualidade, também trouxe a redução da violência e da indisciplina escolar.

Nos debates sobre disciplinamento na educação, autores lembram que o Ministério da Educação retirou dos currículos escolares as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP), em 1993, ficando então, os alunos sem o ensino da cidadania e do civismo, ensinamentos importantes para o convívio social e respeito ao próximo. Com a disciplina, os colégios cívico-militares visam resgatar valores esquecidos, por meio do ensino de civismo e da cidadania, a fim de oferecer um ensino e aprendizagem satisfatórios (CABRAL, 2017).

Tais disciplinas também deveriam transmitir ensinamentos relativos: à solidariedade humana, ao culto à Pátria, aos seus símbolos e tradições; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum (CABRAL, 2017, p.52).

E pautados nesses resultados, os defensores da militarização das escolas públicas instituíram formas de incentivar seus alunos a se integrarem na ordem escolar, com a instituição de insígnias para os destaques em cada área, como esporte, e que obtêm bons resultados nos exames de proficiência como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), aplicado em alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo qual os estudantes disputam uma vaga para a universidade.(ARAÚJO, 2015 apud CABRAL, 2017).

Foto 3: Insígnias instituídas pelo CMCBM de Paço do Lumiar -MA



Fonte: De própria autoria

4.1 REFLEXOS NOS ÍNDICES ESCOLARES

Desde a década de 1990, com a evolução das políticas e reformas na área de educação, as avaliações externas ganharam importância e se tornaram o reflexo da qualidade do ensino brasileiro, fazendo com que fossem estabelecidos rankings e mostrasse os piores e melhores resultados tanto do sistema de ensino, como das escolas públicas como dos particulares. Um dos primeiros a serem criados foi o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), que tem como objetivo conhecer e monitorar a qualidade do ensino básico brasileiro, com testes de matemática e de língua portuguesa e questionário socioeconômico (SILVA, 2022).

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que avalia dois importantes conceitos para a educação no Brasil: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (SILVA, 2022).

4.1.1 ESCOLAS MILITARES DO MARANHÃO SE DESTACAM NO IDEB

Os resultados desses índices escolares vêm mostrando um crescente aumento na taxa de aprovação dos alunos dos colégios militarizados e a cada avaliação as médias superam as anteriores (SILVA, 2022).

Quadro 1: Índices acadêmicos entre escolas tradicionais e escolas militarizadas

Escola e unidade	Ano	Esc. Tradic.		Esc. Militarizada		Ano
		Meta	Atingido	Meta	Atingido	
CMCB II	2013	4,5	3,7	5,3	6,4	2019
CMCB III	2015	5,6	6,2	6,1	7,9	2019
CMT II	2015	4,4	6	4,7	6,4	2019
CMT III	2011	2,9	4	4,2	6,7	2019
CMCB V	2015	4	3,8	4,6	6,2	2019
CMCB VII	2015	3,8	4,8	4,4	5,5	2019
CMCB IX	2015	3,3	3,1	3,9	4	2019
CMT IV	2015	3,9	3,7	4,4	5,3	2019

Fonte: Elaboração de Silva (2022, p.38), a partir de dados do INEP (2020).

As escolas militarizadas do Maranhão também apresentaram expressivos resultados nos testes do IDEB. O Colégio Militar Tiradentes II, de Imperatriz, alcançou o primeiro lugar entre as escolas públicas estaduais, com a média 6; o Colégio Militar Tiradentes I, de São Luís, obteve a média 5,8, ficando em segundo lugar; outro destaque no IDEB foi o Colégio Militar Tiradentes III de Bacabal, que ficou em primeiro lugar entre as escolas públicas de dependência do município (ESCOLAS, 2016;

Outro quadro mostra o desempenho do Colégio Militar 2 de Julho, Unidade I, apontados pelo IDEB.

Quadro 2: IDEB Colégio Militar 2 de Julho – Unidade I

Ano	IDEB	
	Meta	Valor
2005		
2007		4,1
2009	4,2	4,5
2011	4,4	4,4
2013	4,8	5,1
2015	5,1	5,4
2017	5,3	6,1
2019	5,6	6,5

Fonte: Elaboração de Silva (2022, p.37), com base em dados do MEC/INEP (2020).

O resultado apontou o Colégio Militar Tiradentes II (Imperatriz), com a média 6, em primeiro lugar entre as escolas públicas estaduais. O Colégio Militar Tiradentes I (São Luís) ficou em segundo lugar, com média 5,8. Já o Colégio Militar Tiradentes III, com média 5,4, ficou em primeiro lugar entre as escolas públicas do município de Bacabal e quarto entre as escolas da rede estadual (ESCOLAS, 2016; SENA; KLAUS, 2023).

Os investimentos feitos pela PMMA trouxeram bons resultados e essas unidades vêm mantendo o crescimento da média e se destacando no ranking. As médias obtidas superaram as metas definidas pelo Ministério da Educação para o ano, até mesmo a estipulada para 2021(ESCOLAS, 2016; SENA; KLAUS, 2023).

As escolas militarizadas do Maranhão também vêm se sobressaindo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e também nos esportes estadual e nacional (ESCOLAS, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostra que a educação escolar no Brasil apresenta os mais diversos problemas desde a época do Império, quando era proibida para determinados segmentos da sociedade. Com as reivindicações dos movimentos sociais e de estudiosos, o acesso foi sendo ampliado e mudando os níveis de acordo com a faixa etária. Isso no que se refere ao ensino público.

No entanto, reformas e divisão do ensino não trouxeram a solução para os problemas na educação escolar, que com o crescimento da populacional teve sua demanda aumentada sem que o Estado oferecesse um ensino de qualidade. Por outro lado, o ensino das escolas privadas se destacava, com rendimento de aprendizagem bem acima do mostrado pelas escolas públicas.

Outro sistema de ensino destaca-se no país, são os colégios militares administrados pelas Forças Armadas, com educação de excelência, mas que não é aberto para o público em geral, um acesso a um colégio de ensino superior só é possível para filhos de militares ou se passar por um exame criterioso de seleção. No entanto, a maioria dos pais sonha com o filho em uma dessas instituições, por saber que sua qualificação será das melhores.

Nos dias atuais, as queixas contra as escolas públicas só aumentam, com relação à qualidade do ensino e com um problema que vem amedrontando os pais de alunos e a comunidade escolar de um modo geral: a violência praticada em diferentes aspectos, mas principalmente a física, quando professores e alunos são agredidos com objetos cortantes, chegando mesmo a ocorrer assassinatos dentro da escola.

Outro fato é o uso e venda de drogas por alunos, que são comandados por traficantes que não satisfeitos com as ruas, ultrapassam os muros das escolas e manipulam crianças e jovens para aderirem as suas atividades criminosas.

Insatisfeitos com esse quadro agravante nas escolas públicas brasileira, uma parcela da população foi buscar a solução na mudança de gestão, de civil para militar. A proposta de militarização das escolas já existe há algumas décadas, para funcionar conforme o sistema dos Colégios Militares Brasileiros, que são administrados pelas Forças Armadas.

Na década de 1990, essa proposta começou a ser concretizada e teve grande impulso no ano de 2019, com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), por iniciativa do Ministério da Educação e com o apoio do Ministério da Defesa. A repercussão do programa foi muito grande, provocando debates, com posicionamentos que colocavam de um lado os defensores da militarização das

escolas e de outros os seus combatentes, estes alegando muitos fatores, sendo o principal o fim da escola democratizada, pois com a nova gestão, o regime disciplinar impõe regras que nem todos estão aptos a cumpri-las.

Em 2023, foi anunciada a retirada do apoio federal às escolas públicas militarizadas, que já se espalharam por todo país, tendo Goiás como o estado com o maior número delas. A reação dos governos estaduais que aderiram ao sistema de militarização foi de assumir e continuar entregando as escolas públicas para a gestão de militares, pois estão satisfeitos com a atuação e rendimentos que os alunos vêm apresentando.

Como foi falado, poucos são os trabalhos investigando esse tema, no entanto foi possível formar um panorama geral sobre as escolas públicas militarizadas no Brasil, quando foi constatado que o Estado de Goiás possui o maior número delas e também saber sobre essas escolas no Maranhão e o desempenho de seus alunos

Acredita-se que o debate em torno desse tema só está começando, muitos estudos virão, no entanto, estamos certos de que contribuímos com o tema em questão.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Ana Luíza et al. **Educação sitiada: Escolas à serviço da militarização das cidades**. 2014. Disponível em:< <https://porvir.org/educacao-sitiada-escolas-a-servico-da-militarizacao-das-cidades/>>. Acesso em 12/04/2023.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BEZERRA, Juliana. **Educação no Brasil**. 2018. Disponível em:< <https://www.todamateria.com.br/educacao-no-brasil/>>. Acesso em 24/05/2023.

BRITO, Giliard Dias de. **O retrospecto dos alunos do colégio da Polícia Militar Vitória da Conquista e suas consequências para a vida dos educandos**. 2016. Disponível em:< <http://www2.uesb.br/cursos/matematica/maticavca/wp-content/uploads/Monografia-Giliard-Dias-De-Brito.pdf>> Acesso em 28/01/2023

BOMFIM, Andreia Pereira et al. **Influência da Administração Militar nas Escolas Públicas de Ensino Básico**. 2017. Disponível em:< <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/854>>. Acesso em 13/05/2023.

CABRAL, Marcio Cunha. **A PMES na gestão de escolas públicas: análise de proposta de implantação no município de Serra para redução da violência escolar**. 2017. Disponível em:<

<https://pm.es.gov.br/Media/PMES/Monografias/MONOGRAFIA%20-%20Cap%20Cabral.pdf>>. Acesso em: 12/04/2022.

CUNHA, Ivane Gonçalves da. **Os militares e a educação no Brasil**. 2017. Disponível em:< file:///C:/Users/Vicente/Downloads/8839-Texto%20do%20artigo-28049-1-10-20170905%20(2).pdf>. Acesso em 07/05/2023.

CURVELLO, Ana Carolina. **Escolas cívicos-militares: como está o programa pelo Brasil?** 2022. Disponível em:< <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escolas-civico-militares-como-esta-o-programa-pelo-brasil/>>. Acesso em: 12/04/2023.

ESCOLAS militares do Maranhão são destaque na avaliação do IDEB. 2016. Disponível em:< <https://www.educacao.ma.gov.br/escolas-militares-do-maranhao-sao-destaque-na-avaliacao-do-ideb/#:~:text=Escolas%20Militare>>. Acesso em 12/06/2023.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia**. 2018. Disponível em:< ufg.br <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede>>. Acesso em 12/04/2023.

FOGAÇA, Jennifer. **A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil**. 2022. Disponível em:< <https://educador.brasilescola.uol.com.br/gestao-educacional/a-organizacao-estrutura-dos-sistemas-ensino-no-brasil.htm>>. Acesso em 22/05/2023.

GONÇALVES, Jessica Samara; BALADELI, Ana Paula Domingos. **Sobre o sistema educacional dos colégios militares e o discurso da educação de excelência**. 2018. Disponível em:< <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3021>>. Acesso em 12/01/2023.

GONTIJO, Cilas. **Colégio Militar faz ampliar acesso à educação superior pelo ensino público**. 2023. Disponível em:< <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegio->>. Acesso em: 20/06/2023.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás**. 2017. Disponível em:< [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017\(1\).pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017(1).pdf)>. Acesso em 12/05/2023.

Lakatos, EM; Marconi, MA. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Jaqueline Correa das. ARAUJO, Marlova Neumann. ROCHA, Luciano Daudt da. **Militarização das escolas públicas brasileiras: uma revisão de literatura**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07,

Ed. 03, Vol. 02, pp. 45-56. março de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/militarizacao-das-escolas>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/militarizacao-

QUAL o resultado das escolas militarizadas do DF? Balanço depois de um ano. Secretarias têm avaliação positiva, mas aguardam para mostrar efeitos concretos. **Correio Braziliense**, 22/01/2020. Disponível em: < [correiobraziliense.com.br](https://www.correiobraziliense.com.br) <https://www.correiobraziliense.com.br> > Acervo>. Acesso em: 24/05/2023.

RUSCHEL, Arthur. **Minha educação foi militar**: como é o ensino no polêmico modelo defendido pelo Governo Bolsonaro. Minha educação foi militar: como é o ensino no polêmico modelo defendido pelo Governo Bolsonaro. 02/maio/ 2019 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/05/02/minha-educacao-foi-militar-como-e-o-ensino-no-polemico-modelo-defendido-pelo-governo-bolsonaro/> Acesso em 07/maio/2019.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. **Militarização da escola pública no Brasil em 2019**: análise do cenário nacional. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/Q8YbVcW5YXzhm3f56YbVRpg/> >. Acesso em 12/04/2023.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. 2020. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11015/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eduardo%20Junio%20Ferreira%20Santos%20%20-%202020.pdf> >. Acesso em 12/05/2023.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira. **Escolas militarizadas no Maranhão**: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino. 2021. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9733> >. Acesso em: 12/05/2023.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira; KLAUS, Viviane. Vulnerabilidade social e performatividade: motivações da escolha das escolas militarizadas no Maranhão. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 29, e 45897, 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312023000100101&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23/07/2023. Epub 25-Jan-2023. <https://doi.org/10.26512/lc29202345897>.

SILVA, Carlos Vinicius Pinheiro. **Análise dos índices acadêmicos nas escolas militarizadas municipais do Maranhão**: um estudo de caso do Colégio Militar 2 de Julho -Unidade II. 2022. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Disponível em: <>?. Acesso em 24/06/2023.